

DIVERSIDADE ÉTNICA NA BIBLIOTECA E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

Andreia Sousa da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Brasil

Sandra Regina Fontes

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Brasil

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03. Inicia-se apresentando alguns conceitos sobre diversidade étnica, o surgimento do debate desse tema, as relações com movimentos sociais, a diversidade étnica em bibliotecas na perspectiva de alguns bibliotecários negros, suas aplicações e a postura do bibliotecário diante suas ações e o seu contexto. Além disso, ressaltamos o surgimento da Lei nº 10.639/03, seus desdobramentos e sua importância para a sociedade brasileira, principalmente para os afro brasileiros. O trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do cumprimento da Lei 10.639/03 no contexto brasileiro e a relação que deve ser fortalecida com a diversidade étnica. Além disso é necessário enfatizar o quanto os bibliotecários devem compreender e relacionar com as suas práticas, pois a biblioteca sempre esteve e sempre estará inserida no contexto educacional. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feito um levantamento bibliográfico no período entre 2003 e 2016, em materiais impressos e digitais na língua portuguesa na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos

em Ciência da Informação, Google Acadêmico e nas bases do Portal Capes. Caracteriza-se como um estudo bibliográfico, documental e descritivo, cujo corpus constituiu-se nos trabalhos já produzidos que abordam questões sobre a diversidade étnica, a diversidade nas bibliotecas e as legislações relacionadas à Lei nº 10.639/03. Por fim, concluímos que ao refletir sobre diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03 constatamos que a biblioteca, por ser a instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todos e todas, deve se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. Além disso, mais estudos sobre as temáticas devem ser realizados para aprofundar as discussões sobre relações etnicorraciais nas bibliotecas.

Palavras-Chave: Diversidade Étnica; Bibliotecas; Lei nº 10.639/03.

ETHNIC DIVERSITY IN THE LIBRARY AND THE APPLICATION OF LAW 10.639/03

ABSTRACT

This article discusses the ethnic diversity in the library and the application of Law 10.639 / 03. It

begins by presenting some concepts about ethnic diversity, the emergence of debate on this theme, relations with social movements, ethnic diversity in libraries from the perspective of some black librarians, their applications and the attitude of the librarian to their actions and their context. In addition, we highlight the emergence of Law 10.639/03, its developments and its importance for Brazilian society, especially for Afro-Brazilians. The purpose of this paper is to emphasize the importance of compliance with Law 10.639/03 in the Brazilian context and the relationship that should be strengthened with ethnic diversity. In addition, it is necessary to emphasize how librarians should understand and relate to their practices, because the library has always been and always will be inserted in the educational context. For the development of this work, the research was constituted in a bibliographical review elaborated based on articles, books and legislations published between 2003 and 2016, in Portuguese language. The bibliographic survey was done at the BRAPCI, and Portal Capes databases. It is characterized as a bibliographic and descriptive study, whose corpus was constituted in the works already produced that deal with questions about ethnic diversity, diversity in libraries and the legislations related to Law 10.639 / 03. Finally, we conclude that when reflecting on 'Ethnic diversity in the library and the application of Law 10.639/03', we find that the library, as the social institution responsible for ensuring the right to education for all, must politically position itself against Any form of discrimination.

Keywords: Ethnic Diversity; Libraries; Law nº 10.639/03.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se atualmente num contexto mais plural, mesmo diante das ditas crises que envolvem a situação e destino do Brasil. Descrever um trabalho sobre diversidade étnica e sobre uma Lei que já existe desde 2003, é insistir no fortalecimento da luta e das conquistas daqueles que sempre estiveram presentes nos movimentos sociais, principalmente lutando a favor de uma educação antirracista, para enfraquecer o mito da democracia racial e busca da igualdade.

Não há como dissociar a diversidade étnica da educação. A educação das relações étnico-raciais envolve toda e qualquer discussão que busca a igualdade, principalmente nos ambientes educacionais. Lugar esse em que o respeito, a educação e o exercício dos direitos e deveres acontece.

Uma das consequências da luta antirracista é a Lei nº 10.639, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Essa Lei surgiu como alteração da Lei nº 9.834/96 e assim passou a ser a Lei nº 10.639/03 que se

consubstancia no Parecer CNE/CP 03/2004 e na Resolução n. 01/2004 ao CNE e que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais (BRASIL, 2014) e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.

É importante compreender a força e o caráter da lei n. 10.639/03. Como se trata de uma alteração da lei n. 9394/96, via inserção dos artigos 26 A e 79 B, quando a ela nos referimos estamos falando da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e não de uma legislação específica voltada para a população negra. Ou seja, o seu teor e suas diversas formas de regulamentação possuem abrangência nacional e devem ser implementados por todas as escolas públicas e privadas brasileiras, assim como pelos conselhos e secretarias de educação e pelas universidades (GOMES, 2010, p.116).

Quando se afirma que essa lei deve ser implantada em todos os ambientes de ensino, não há como não lembrar da biblioteca. Essa unidade de informação está inserida e todos os espaços de ensino, sejam eles públicos ou particulares, sejam eles no ensino básico, fundamental, médio e superior. Por conta disso, aquele que atua nesses espaços como

mediador e disseminador da informação deve ter uma postura diferente daquela que lhes foi ensinada no período da sua formação.

O bibliotecário não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão ao processo de discriminação racial brasileiro que a desqualifica a participação da população negra na construção social (GOMES, 2016, p.747).

Percebe-se neste momento que a responsabilidade social do bibliotecário deve ser posta em evidência. A neutralidade deve ser desconsiderada, pois a sua postura deve ser contrária. Sua responsabilidade como formador de coleções, de mediador da informação e de educador (por que não?) deve ser exposta, fortalecendo dessa maneira a importância da biblioteca no desenvolvimento da educação das relações etnicorraciais nos ambientes educacionais possibilitando assim a utilização de seus recursos e serviços na diminuição das desigualdades raciais.

Diante do exposto, o trabalho a seguir será fundamentado em estudos

sobre essas duas questões, sobre a diversidade étnica nas bibliotecas e o quanto a Lei nº 10.639/03 é significativa para a sociedade brasileira, principalmente para os afro-brasileiros.

2 DIVERSIDADE ÉTNICA NA BIBLIOTECA

A diversidade apresenta como conceito, algo que tem relação com a variedade, com a pluralidade e com a diferença. Também é um conjunto de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, como diversidade biológica, diversidade religiosa, diversidade linguística e diversidade étnica. Moehlecke (2009, p.463) afirma que:

Apreendida em sua dimensão cultural, a diversidade é associada aos novos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados em torno da defesa das chamadas “políticas de diferença” (Taylor, 1994; Gi-roux, 1999; Hall, 2003). Como direito à diferença, a diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública e política de grupos definidos como “minoritários”, “subalternos”, e por certas formas de feminismo

A diversidade étnica é a união de vários povos numa sociedade. Etnia é um grupo de indivíduos que possuem afinidades de origem, história, idioma, religião e cultura. Vivemos numa época caracterizada pela globalização e pelas migrações internacionais em que sociedades se caracterizam como multiculturais.

A maioria dos estudos no Brasil que abordam essa temática está relacionado com a educação, como o caso de Gonçalves (2005) e Gomes (2010) pois alguns estudiosos procuraram evidenciar o papel da escola na promoção de valores de tolerância, solidariedade, cooperação e respeito pela diferença, procurando contribuir para a existência de justiça social.

Outras pesquisas se voltam para a situação do negro e do indígena no país, devido ao contexto histórico, social, educacional e econômico em que se encontram em parcela da população brasileira. Pesquisadores catarinenses como os Professores Jerusa Romão (2005) Paulino Francisco Cardoso (2014) dentre outros, podem ser considerados os pioneiros e mais conhecidos educadores e

pesquisadores dessa temática no âmbito educacional, por desenvolver estudos a mais de 20 anos em Santa Catarina.

Sabrina Moelecke, educadora e professora da UFRJ, em 2009, publicou um artigo intitulado 'As políticas de diversidade na educação no Governo Lula', em que a mesma apresenta como objetivo fazer uma análise de como o MEC, durante a primeira gestão do Governo Lula se posicionou diante da questão da diversidade a partir do campo das políticas públicas, procurando observar até que ponto a diversidade foi um princípio que orientou a agenda do governo nesse período. A partir de uma análise documental, a educadora identificou 24 ações direcionadas à diversidade dentre outras ações voltadas à inclusão social, as ações afirmativas e as políticas de diferença.

Quando se iniciou as discussões e os estudos na Ciência da Informação sobre a diversidade e os afrodescendentes, principalmente na Biblioteconomia? As discussões começaram após a implantação da Lei nº 10.639/03, na segunda gestão do governo Lula, conforme Dias et al (2011) apresenta no seu trabalho,

intitulado 'A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENACIBs sob um olhar cientométrico'. Os autores fizeram uma pesquisa para identificar a quantidade de trabalhos apresentados neste evento, dentro da temática, no período de 2005 a 2010. Constataram que apenas 11 trabalhos foram produzidos neste período até então.

Algumas instituições sociais e de pesquisa em que haviam bibliotecários começaram a apontar a necessidade de iniciar a discussão sobre diversidade étnica na biblioteca, e em outros espaços de informação. Além disso, Valério e Silva (2017, p.125) ressaltam que:

[...] parte da necessidade de se ampliar e fortalecer bases teóricas e práticas que eduquem discentes, docentes, pesquisadores e profissionais quanto à pluralidade étnico-racial no Brasil, a fim de construir e consolidar uma democracia brasileira, sem preconceito, discriminação e racismo.

Outra questão pertinente é identificar o porquê criarmos essa relação da diversidade étnica e a educação das relações étnico-raciais com a biblioteca. Verrangia e Silva (2010, p.710) apontam o seguinte:

A escola não é a única instituição responsável pela educação das relações étnico-raciais, uma vez que o processo de se educar ocorre também na família, nos grupos culturais, nas comunidades, no convívio social proporcionado pelos meios de comunicação, entre outros. É importante ressaltar que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade em seu interior.

Partindo deste ponto, outros bibliotecários negros apontaram o quanto a biblioteca deve ser um espaço democrático, buscando sempre a igualdade e o fortalecimento da diversidade já que a maioria das bibliotecas está inserida nos ambientes educacionais. Cardoso (2015, p.34) explica que

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está inserida; analisa criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e também identificar as histórias silenciadas;

recuperar, preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários da biblioteca, o convívio com a diversidade cultural.

Percebe-se o quanto a biblioteca precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso não somente ao acervo, mais em todas as suas ações, configurando-se como espaço social com sentido de pertencimento a comunidade.

O entendimento de público também deve ganhar outro sentido, questões socioeconômicas, gênero e raça são também pertinentes quando discutimos acesso e democracia (GOMES E., 2016, p.744).

Alguns estudos mais recentes mostram o quanto a biblioteca deve ser significativa na formação dos estudantes. Trabalhos desenvolvidos por discentes da Universidade Federal do Cariri, entre 2011 e 2016 apresenta temas que relacionam as relações étnico raciais, a biblioteca e a diversidade étnica (Quadro 1).

Quadro 1: Trabalhos de conclusão de curso que discorrem sobre as relações raciais.

Ano	Título	Autor
2016	Contaçon de história como instrumento de construção da identidade negra: estudo de caso na biblioteca do CCBNB - Cariri	Priscila Correia de Lima / Maria Cleide Rodrigues Bernardino
2015	A construção da identidade: um olhar sobre os estudantes negros do curso de biblioteconomia da UFCA 2011-2012	Mário Idênyo Lopes de Souza/ Maria Cleide Rodrigues Bernardino
2014	Etnografia do bullying racial na escola: contribuições da biblioteconomia e ciência da informação	Maria Josilânia da Silva/ Joselina da Silva
2014	A mulher como produtora de informação etnicorracial nos movimentos sociais: jornais da imprensa negra	Daiane Patrícia Feitosa da Silva/Joselina da Silva
2014	Preservação da memória: as falas das mulheres negras caririenses acima de setenta anos	Marilucia Antonia de Sousa/Joselina da Silva
2013	A biblioteca universitária como auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia	Dávila Maria Feitosa da Silva/Joselina da Silva
2012	Análise da Lei 10.639/03 nas bibliotecas das escolas estaduais de Juazeiro do Norte – CE	Ana Cláudia Emídio da Silva/ Joselina da Silva
2011	História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do CRAJUBAR	Nicácia Lina do Carmo/Joselina da Silva
2011	A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico	Erinaldo Dias Valério/ Joselina da Silva

Fonte: Valério e Silva – 2017.

Desse modo, a biblioteca deve ser lugar do conhecimento de fundamental importância para a (re)construção da identidade negra. Adentrando no entendimento do papel social da biblioteca, notamos que este ainda está muito prejudicado em decorrência da estrutura elitizada a qual as bibliotecas estão submetidas desde a sua criação (GOMES, E. 2016, p.749). Vê-se que a Ciência da Informação precisa iniciar uma agenda com novos temas para ações mais efetivas para atender usuários com diferentes perfis.

3 A LEI Nº 10.639/03 E SUAS APLICAÇÕES

A Lei Federal nº 10.639/03, conquista de diferentes agentes da luta antirracista, em especial militantes do Movimento Negro, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino das redes públicas e privadas. Posteriormente em 2008, a Lei Federal nº 11.645 dá a mesma orientação para a temática indígena. Com a aprovação da Lei Federal 10.639/03 “[...] as políticas previstas passaram a fazer parte da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, diluindo parte da invisibilidade das políticas das

relações educacionais étnico-raciais no Brasil” (ROMÃO, 2014, p.29).

Diretamente relacionada à Lei Federal nº 10.639/03 estão as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004. Sua questão central envolve o currículo, orientando os diferentes atores sociais do processo educacional de modo a contemplar em seus planos de aula e ações pedagógicas a educação das relações étnico-raciais e os conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira. Pontos que podem ser considerados fundamentais para a compreensão da importância da construção de uma educação transformadora, pautada na reeducação das relações, dos conceitos e das práticas. Legitimando “[...] a luta por direitos e por uma história não eurocêntrica, que sempre esteve pautada na figura de grandes heróis brancos” (CARDOSO; RASCKE, 2014).

Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013) as Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação, são também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

Vale ressaltar a atuação do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vários trabalhos realizados importantes para efetivação da implantação da Lei nº 10.639/03, os quais se configuram como processos de gestão, cursos de formação continuada, distribuição de material paradidático e pesquisas (Quadro 2).

Quadro 2 – Trabalhos realizados pela SECAD (2002 a 2009)

Período	Trabalho desenvolvido
2002 a 2007	Programa Diversidade na Universidade
2004	Criação da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional
A partir de 2005	Fóruns Estaduais e Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial, a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros – Cadara
A partir de 2005	Distribuição do kit didático-pedagógico 'A Cor da Cultura' para Secretarias de Educação e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
2005 a 2008	Programa de Ações Afirmativas para População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior – Uniafro
2006	Curso Educação e Africanidades
2005	Oficina Cartográfica sobre Geografia AfroBrasileira e Africana
2004 a 2005	Projeto Educadores pela Diversidade
2005	Curso Educação e Relações Étnico-Raciais
2006 a 2009	Pesquisa Nacional Diversidade nas Escolas
2009	Pesquisa Nacional Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da lei n. 10.639/03 (
2009	Participação na elaboração do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – lei n. 10.639/2003 (BRASIL, 2009)

Fonte: Gomes – 2010.

Para a Professora Jerusa Romão no texto introdutório da Matriz Curricular para a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica (SECRETARIA..., 2016) da Prefeitura de Florianópolis, a educação como exercício para compreensão e reconhecimento das diferenças ainda é um dos desafios do nosso século. A almejada educação democrática, na qual recomenda a legislação educacional desde a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 “[...] deverá considerar todas as formas de ser, existir e conceber o mundo, considerando essas questões pertinentes a função social da escola”.

Mesmo passados 14 anos da promulgação da Lei nº 10.639/03, ainda é preciso mobilizar gestores e educadores para sua efetivação. As ações para a implementação da Lei mantêm-se centradas na figura de alguns professores isoladamente. Este fato pode ser explicado muitas vezes pela existência na educação de:

[...] um imaginário pedagógico que tende a considerar que a questão racial é uma tarefa restrita aos professores e professoras que assumem publicamente uma postura política diante da mesma ou um assunto de interesse somente dos professores/as negros/as. (GOMES, 2010 *apud* CARDOSO; RASCKE, p.24, 2014).

Porém, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) estabelecem orientações para inspirar os sistemas para a construção de novas bases curriculares através de novos conteúdos sobre os africanos e seus descendentes brasileiros. Estes conteúdos são compreendidos como bens culturais de interesse humano, coletivo e com relações de pertencimento que envolvem toda a humanidade. Não são estagnados exigindo uma relação dialógica com outros saberes do entorno das escolas. Da mesma maneira, não são conteúdos a serem despejados, mas para serem construídos (ROMÃO, 2014, p.38).

Dessa maneira, ao tratar da educação das relações etnicorraciais na biblioteca, especialmente a biblioteca escolar, buscamos embasamento também nas 'Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais' e para o 'Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana' (2005), em que consta:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais [...] se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (BRASIL, 2005, p.21, grifo nosso)

Diante do exposto, percebe-se a importância da biblioteca no desenvolvimento da educação das relações etnicorraciais na escola e a possibilidade da utilização de seus recursos e serviços na diminuição das desigualdades raciais.

Porém, infelizmente em nosso país as condições socioeconômicas não são iguais para todos. Na realidade brasileira, constata-se que grande parcela da população ainda vive em um crescente estado de pobreza, preconceito, discriminação e racismo, marginalizando socialmente alguns grupos como: negros, índios, ciganos, homossexuais, entre outros, gerando profundas desigualdades

sejam sociais, raciais e consequentemente informacionais (AQUINO, 2010).

Tratando-se especificamente da situação de exclusão dos povos de origem africana aqui no Brasil, constata-se que após mais de três séculos de escravidão, a desigualdade social destes homens e mulheres continuou mesmo depois da abolição. Por serem considerados seres inferiores foram impossibilitados de terem acesso aos seus direitos garantidos constitucionalmente, dentre eles à educação. Até os dias de hoje pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a população afrodescendente não está adequadamente incluída na distribuição equitativa das riquezas produzidas, e isso inclui o acesso e uso da informação (AQUINO, 2010).

Toda biblioteca deve dispor em seu acervo de subsídios que supram a necessidade de sua comunidade, promovendo a divulgação desses materiais, a interação, desses com seus usuários, promovendo um diálogo e o respeito à diversidade. Arruda e Casarin (2009 apud SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2014, p.6).

O trabalho bibliotecário comprometido com a diversidade propõe-se colocar em prática durante todos os dias do ano sua posição política nos produtos e serviços da biblioteca, desde o tratamento com as pessoas (ficando atento a expressões pejorativas e xingamentos, posicionando-se sempre que necessário), no desenvolvimento de coleções e na ação cultural. Também a prioridade com sua formação continuada e especialmente a importância de envolverem-se com grupos e associações de classes.

Por fim, devemos lembrar que essa legislação, a Lei nº 10.639/03 precisa ser entendida como fruto de um processo de lutas sociais, e não uma dádiva do Estado, já que, como uma política de ação afirmativa, ela ainda é vista com muitas reservas pelo ideário republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade.

4 METODOLOGIA

Caracteriza-se como um estudo bibliográfico, documental e descritivo, cujo corpus constituiu-se nos trabalhos já produzidos que abordam questões sobre a diversidade étnica, a

diversidade nas bibliotecas e à Lei nº 10.639/03.

Para isso, foi realizado um levantamento na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico e bases do Portal Capes para verificar artigos, livros e legislações publicados entre 2003 e 2016 em língua portuguesa. Na busca foram usados como descritores: diversidade étnica, diversidade nas bibliotecas e Lei nº 10.639/03.

5 RESULTADOS

Após a análise dos estudos voltados para a diversidade étnica na biblioteca, a educação das relações étnico-raciais e a importância da aplicação da Lei nº 10.639/03, vimos que os trabalhos estão avançando à respeito na Ciência da Informação, já que em outras áreas essas questões são mais discutidas (Quadro 3):

Quadro 3: Trabalhos produzidos entre 2003 e 2016.

Termo de Busca	BRA PCI	Google Acadêmico	Portal CAPES
Lei nº 10.639/03	03	6.560	23
Diversidade Étnica	02	10.600	70
Diversidade Étnica na Biblioteca	01	14.000	0

Fonte: Dados da pesquisa – 2017.

Constata-se a partir dos trabalhos recuperados que existem pesquisas sobre as temáticas tratadas, porém ainda há uma necessidade de produzir trabalhos mais aprofundados que abordem sobre as relações étnico-raciais e a diversidade étnica nas bibliotecas pelos pesquisadores da Ciência da Informação. Apresenta também números expressivos de artigos recuperados pelo Google Acadêmico, em que o buscador localizou trabalhos relacionados tanto à diversidade étnica, quanto às bibliotecas. Esses dados estão relacionados às áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais e à Educação.

Vale ressaltar que os resultados apresentados neste trabalho são parciais, diante do conhecimento de que existem artigos e livros produzidos na Ciência da Informação relacionados à questão da diversidade étnica nas bibliotecas, mas que não foram recuperados devido ao modo como esses foram indexados nessas bases.

Dessa maneira, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, usando como termos de busca as seguintes palavras: afrodescendente,

negro, educação das relações étnico raciais, multiculturalismo, diversidade cultural, biblioteca escolares, biblioteca especializada, biblioteca pública, mediação da informação e ação afirmativa.

No entanto, após análise dos resultados das buscas, uma pesquisadora merece destaque. A professora da Universidade Federal da Paraíba, Miriam Albuquerque de Aquino é a pesquisadora que mais desenvolveu pesquisas voltadas para a diversidade étnica e cultural, representação da informação étnico racial, afrodescendentes na Ciência da Informação, memória dentre outros. Essa autora publicou seus trabalhos nos periódicos mais importantes da Ciência da Informação, como: *Perspectivas da Ciência da Informação*, *Informação & Sociedade: Estudos e Ciência da Informação* além de ter apresentado seus trabalhos oriundos de pesquisas em edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Alguns estudiosos ligados à Biblioteconomia já apresentam um interesse em focar na relação da Lei nº 10.639/03, a diversidade étnica, as relações étnicas raciais com o

contexto das bibliotecas, visto que essas estão inseridas nos ambientes educacionais e devem, se transformarem para que de fato suas atuações possam atender todas as demandas sociais existentes. Destacam-se aqui os (as) pesquisadores (as): Miriam Mattos (2011), Graziela dos Santos Lima (2014), Franciele Garces (2014), Amabile Costa (2015), Francilene Cardoso (2015) Elizângela Gomes (2016), Erinaldo Dias Valério (2017), dentre outros.

Em relação à atuação do bibliotecário, cabe rever a formação em detrimento da sua postura como um profissional voltado às questões sociais, culturais e educacionais. Por isso, consideramos que mais estudos sejam fomentados para que possamos continuar avançando e, dessa maneira, alcançarmos os objetivos voltados à luta antirracista, a educação para todos, a igualdade e a democratização da informação.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES

Ao refletir sobre diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03 vimos o quanto é

importante que o bibliotecário tenha um olhar apurado da profissão e possa dar visibilidade para a diversidade étnico e cultural. Há a necessidade de afirmação da existência dos afro brasileiros (representatividade) para ampliar as possibilidades de atuação das bibliotecas, e dessa maneira, poder fortalecer o ideal de sociedade democrática respeitando. O contexto da sociedade da informação necessita que as políticas de informação nas ciências sociais e aplicadas sejam redefinidas, com o foco para o acesso e uso da informação. Vê-se que a Ciência Informação precisa construir uma agenda com novos temas para ações investigativas a partir das necessidades específicas para atender usuários com diferentes perfis.

Cabe também ao bibliotecário conceber toda a filosofia da diversidade étnica e da educação das relações étnico-raciais, e poder exercer de fato o seu verdadeiro papel social no seu ambiente de atuação para que possa atender as demandas sociais que estão próximas à ele. Concluindo, ele se tornará um profissional capaz de disseminar a informação aos usuários, proporcionando a produção do

conhecimento, valorizando a história e cultura dos seus usuários, promovendo assim a diversidade étnica na biblioteca.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. A. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v.3, n.2, p.26-37, jan./jun., 2010.

Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1629/1835>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SECADI, 2004.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União (D.O.U)**, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECADI, 2013.

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K.L. (Orgs.) **Formação de Professores:** produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.

GONÇALVES, L.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. In. ANPED. **Educação como exercício de diversidade.** Brasília: UNESCO; MEC; ANPED, 2005. 476p.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.21, n.3, p.738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/articloe/view/1216>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MATTOS, M. C. C. M. **Multiculturalismo em ciência da informação:** percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 144f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/87362>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Matriz curricular para a educação das relações étnico-

raciais na educação básica. Florianópolis, 2016.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.461-487, 2009.

ROMÃO, J. **História da educação do negro e outras histórias.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. 278p.

ROMÃO, J. M. O Movimento Negro brasileiro e as Diretrizes da Educação Nacional: a Lei Federal 10.639/03 é L.D.B. In: CARDOSO, P. J.; RASCHE, K. L. (Orgs.) **Formação de professores:** produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014. p.29-41.

SILVA, A. C. E; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. de. História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre a Lei 10.639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto (SP), v.2, n.2, 2014. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/84/85>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

VALÉRIO, E. D.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.2, p.151-169, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12247/7765>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

VALÉRIO, E. D.; SILVA, D. M. F. Discutindo as Relações Raciais: os Trabalhos de Conclusão de Curso em Biblioteconomia da Universidade

Federal do Cariri (UFCA). In:
ENCONTRO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NORTE/NORDESTE -
ERECIN NORTE/NORDESTE, 1.,
Fortaleza, 2017. **Anais Eletrônico...**
Fortaleza: ABECIN, 2017. 9p.
Disponível em:
<http://abecin.org.br/eventos/Index.php/ERECIN_Norte-Nordeste/ERECIN_Norte-Nordeste/paper/viewFile/8/40>.
Acesso em: 14 jul. 2017.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G.
Cidadania, relações étnico-raciais e
educação: desafios e potencialidades
do ensino de ciências. **Educação e
Pesquisa**, v.36, n.3, 2010. Disponível
em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a04>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Andreia Sousa da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: andreia.ssilva@gmail.com
Brasil

Sandra Regina Fontes
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
E-mail: sandraf.biblio@gmail.com
Brasil